

Objetivos Educacionais dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras: Um Estudo Sob a Perspectiva da Taxonomia de Bloom

Daniela Orsi
Graduada em Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
e-mail: danielaorsii@hotmail.com

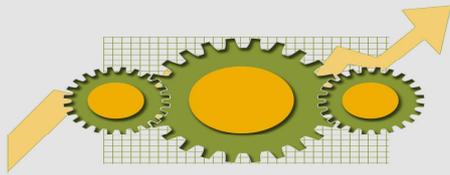
Edicrécia Andrade dos Santos
Doutoranda em Contabilidade
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
e-mail: edicreiaandrade@yahoo.com.br

Rogério João Lunkes
Pós-doutorado em Contabilidade
Universidad de Valencia (España)
e-mail: rogeriolunkes@hotmail.com

Área Temática: Ensino de Contabilidade

Resumo: Com a aprovação da Resolução CNE/CES 10/2004, as instituições passaram a elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos de Ensino Superior, o qual deve discorrer, dentre outros, sobre os objetivos dos cursos. Sendo assim, este estudo busca identificar sob a ótica da Taxonomia de Bloom os objetivos educacionais dos PPPs dos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras como também das provas do Exame de Suficiência (edições de 2014 e 2015). A Taxonomia de Bloom (1956) vem sendo amplamente utilizada para embasamento de estudos em diversas áreas do conhecimento e recomenda uma classificação dos níveis de aprendizagem baseada em uma interpretação sistemática de uma área de conhecimento, assim como também busca organizar os níveis de aquisição das habilidades cognitivas possibilitando a mensuração da realização dos objetivos educacionais. Acerca dos procedimentos metodológicos, o estudo classifica-se como descritivo, de abordagem qualitativa e quanto aos procedimentos, caracteriza-se como documental. Foram analisados vinte e dois PPPs e cento e oitenta e oito questões do Exame de Suficiência. Dentre os resultados encontrados destaca-se que os cursos de ciências contábeis das universidades federais analisadas objetivam capacitar os alunos em níveis superiores ao requerido pelo CFC por meio do Exame de Suficiência. Todavia, com o objetivo de complementar o estudo, verificou-se o percentual de aprovação nos Exames de Suficiência divulgado pela Conselho Federal de Contabilidade e constatou-se uma baixa taxa de aprovação. Assim, constata-se um *gap* entre os objetivos das universidades representados pelo discurso dos PPPs e o baixo nível das questões dos Exames de Suficiência quando relacionados com o percentual de aprovação.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Exame de Suficiência. Taxonomia de Bloom.



1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a educação superior no Brasil apresentou um crescimento considerável em relação ao número de cursos, instituições e alunos (QUEIROZ et al., 2013). Especialmente no curso de ciências contábeis, este crescimento se iniciou por volta da década de 1990 com o redirecionamento educacional dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) (LEAL et al., 2014; SANTOS, 2016). No entanto, acredita-se que o marco para a evolução do ensino em contabilidade foi a Resolução CNE/CES nº. 10, de 10 de dezembro de 2004, a qual instituiu diretrizes curriculares nacionais para o curso superior de bacharel em ciências contábeis (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013).

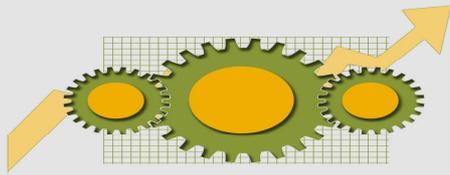
Com a aprovação da Resolução CNE/CES 10/2004, as instituições passaram a elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de forma a possibilitar ao estudante a compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; oportunizando o domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; e estimulando a capacidade crítico-analítico de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (CNE/CES nº 10/2004, Art. 3º).

Sob esta perspectiva, o PPP elaborado pelas instituições de ensino superior também deve discorrer, dentre outros, sobre o objetivo do curso (CNE/CES nº 10/2004, Art. 2º § 1). Neste cenário, um dos instrumentos existentes que pode auxiliar esse desenvolvimento nos cursos superiores é a taxonomia proposta por Bloom et al. (1956), desenvolvida para classificar os objetivos educacionais, facilitando o planejamento, a organização e o controle dos objetivos de aprendizagem (FERRAZ; BELHOT, 2010). Esta tem sido amplamente utilizada para embasamento de estudos em diversas áreas do conhecimento.

A Taxonomia de Bloom (1956) recomenda uma classificação dos níveis de aprendizagem baseada em uma interpretação sistemática de uma área de conhecimento, assim como também busca organizar os níveis de aquisição das habilidades cognitivas possibilitando, a mensuração da realização dos objetivos educacionais. Ressalta-se que a taxonomia avalia a formulação de objetivos educacionais verificáveis que permitem, por meio de avaliações sistemáticas, o conhecimento do diagnóstico da aprendizagem dos estudantes.

Com base nessa conjuntura, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a aderência dos objetivos educacionais dos cursos de ciências contábeis presentes nos PPP das instituições públicas federais sob a perspectiva da Taxonomia de Bloom? Assim, esta investigação busca identificar sob a ótica da Taxonomia de Bloom os objetivos educacionais dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de ciências contábeis das universidades federais brasileiras como também das provas do Exame de Suficiência (edições de 2014 e 2015).

Dessa forma, o estudo se justifica para a sociedade na medida em que esclarece os objetivos básicos estabelecidos para o ensino de ciências contábeis por meio das regras do CNE/CES e adotadas pelos PPPs das universidades brasileiras, em específico as federais. Com isso, os atuais e futuros alunos podem ter conhecimento da abrangência do escopo do ensino oferecido que poderá prepará-los para a profissão. Para as Instituições de Ensino Superior públicas federais o estudo mostra o reflexo dos objetivos enfatizados pelos PPPs quando comparadas com o principal exame da área (Exame de Suficiência). Ademais, de forma mais específica é de grande relevância para a classe contábil verificar quais são os



principais objetivos enfatizados e com isso as habilidades e competências que são ressaltadas para o futuro profissional.

Sendo assim, o presente trabalho está estruturado em 5 seções, incluindo esta primeira. A segunda compreende o referencial teórico, seguido pela terceira seção que reporta-se aos aspectos metodológicos. A quarta seção refere-se à análise e discussão dos achados. E, por fim, a última seção é destinada às considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E EMPÍRICO

Nesta seção apresentam-se os aspectos que respaldaram teoricamente este estudo. Primeiramente expõem-se sobre o Ensino superior em Ciências Contábeis no Brasil, na sequência, explora-se sobre a Taxonomia de Bloom.

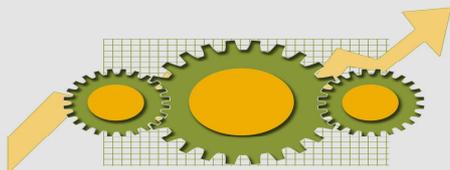
2.1 Ensino Superior em Ciências Contábeis no Brasil

Nas últimas décadas do cenário brasileiro houve significativa expansão no ensino superior favorecendo o ingresso dos jovens, em especial, nos cursos de ciências contábeis. O início desta expansão data de meados da década de 1990 com o redirecionamento educacional dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) (LEAL et al., 2014; SANTOS, 2016). Assim, Leal et al. (2014) apoiados em Brasil (2010) e Miranda (2011) observaram a existência de 262 cursos de graduação em ciências contábeis em 1991 que ofereciam 97.223 vagas, e nos anos subsequentes significativo crescimento. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (www.portal.inep.gov.br), em 2013 (*ano do último Censo disponível*) foram ofertados 1.168 cursos de graduação na modalidade presencial, com 7.509.694 estudantes matriculados, e destes 328.031 em cursos de ciências contábeis, ou seja, 4,37% do total de cursos no país (SANTOS, 2016).

O funcionamento destes cursos segue as normas da Lei das Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBN) (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996). A LDBN além de institucionalizar as políticas educacionais implementadas pelo Ministério da Educação e regulamentar as bases da educação, ainda apresenta as políticas do Conselho Nacional de Educação (CNE). Com isso, o curso de ciências contábeis é regulamentado pela Resolução CNE/CES nº. 10, de 10 de dezembro de 2004, com auxílio do Parecer CNE/CES nº. 8, de 31 de janeiro de 2007, que estabelece a carga horária mínima para cursos de graduação e bacharelados na modalidade presencial (SANTOS, 2016).

A Resolução CNE/CES nº 10/2004 regulamenta o que as instituições devem seguir para elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso possibilitando ao estudante a compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; oportunizando o domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; e estimulando a capacidade crítico-analítico de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (CNE/CES nº 10/2004, Art. 3º).

Com estas mudanças para o ensino de contabilidade, os PPPs foram direcionados a possibilitar ao estudante condições de desenvolver um pensamento crítico e inovador, com uma boa visão sistêmica e interdisciplinar das atividades contábeis por meio de um bom currículo (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013). Neste entendimento, ressalta-se



que para a elaboração do currículo brasileiro dos cursos de ciências contábeis, foi utilizado como guia o Currículo Mundial (CM) de contabilidade. O CM foi elaborado em 1999 e revisado em 2003, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade e apresentação de relatórios (*International Standards of Accounting and Reporting - ISAR*), subordinado à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD*), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). O escopo do CM é atenuar as diferenças do ensino da contabilidade entre os países e capacitar os profissionais para que estejam aptos a atender os requisitos exigidos por mercados cada vez mais globalizados (ERFURTH; DOMINGUES, 2013).

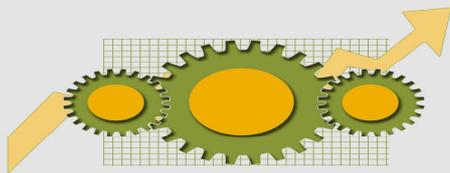
Ainda a respeito do CM, o seu conteúdo foi idealizado com base nas normas internacionais estabelecidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e suas normas internacionais de informações financeiras - IFRS (*International Financial Reporting Standards*) (UNCTAD, 2003). Sobre isso, Erfurth e Domingues (2013) argumentam que independente de existir regras internacionais para prestação de serviços de contabilidade, não se dispõe de normas mundiais para formação e educação dos profissionais contábeis. Exemplo disso é que a formação educacional do profissional contábil brasileiro é diferente dos países norte americano, europeus e asiáticos tendo em vista o Brasil disponibilizar um curso especificamente de bacharel em ciências contábeis (SANTOS, 2016).

Neste sentido o CM é uma referência para as instituições formularem seus próprios currículos visando fortalecer a profissão contábil; preparar o profissional para oferecer seus serviços além das fronteiras nacionais; reduzir o tempo e o custo na busca pelo reconhecimento mútuo dos profissionais; servir de referência para a qualificação nacional; e contribuir para que as pessoas com estas qualificações atuem em todos os contextos da economia mundial (UNCTAD, 1999). Tudo isso foi concebido considerando o cenário de mudanças no mundo dos negócios, a nível mundial o que afeta diretamente o ensino e a profissão contábil.

A respeito da profissão contábil enfatiza-se que foi regulamentada em âmbito nacional pelo Decreto Lei nº 9.295/46, e com alterações realizadas pela Lei nº 12.249/2010 resultante da MP nº 472/2009. A Lei nº 12.249/2010 estabelece que o profissional da área somente pode exercer algumas carreiras da profissão contábil após concluir o curso de ciências contábeis, devidamente reconhecido pelo MEC, e com a aprovação no Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) a que estiver sujeito. Assim sendo, a ausência do registro do diploma no CRC, além do impedimento do exercício da profissão, somente lhe dará o título de bacharel em ciências contábeis (SANTOS, 2016).

O Exame de Suficiência foi instituído a partir da necessidade de se avaliarem os egressos dos cursos de ciências contábeis, em 1999, por meio da Resolução CFC n.º 853/99. Mais tarde, em 11 de junho de 2010, o Exame foi sancionado pela Lei n.º 12.249/10 (SILVA, 2014). Ele não tem caráter discriminatório, uma vez que está sob responsabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da coordenação do Sistema CFC/CRCs.

Em 2005, antes da aplicação da 11ª edição do Exame de Suficiência, o mesmo foi suspenso temporariamente, por meio de decisão judicial. Com essa decisão, os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) passaram a registrar os profissionais nas categorias de Técnico em Contabilidade e Contador, sem a necessidade de aprovação no exame, enquanto aguardavam parecer final do processo. No ano de 2008, o CFC encaminhou ao Congresso Nacional outro projeto de lei para alterar o Decreto-Lei n.º 9.295, de 27, de maio de 1946. O resultado foi que em 11 de junho de 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a



Lei n.º 12.249/10 que alterou o Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, nacional retornando a regulamentar a necessidade do Exame de Suficiência.

O Exame de Suficiência tem como escopo avaliar os profissionais de Contabilidade com vistas a garantir o registro de profissionais com conhecimentos médios sobre os conteúdos programáticos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Atualmente o Exame de Suficiência realiza 2 provas por ano e engloba conhecimentos relativos às seguintes áreas temáticas: (1) Conhecimentos Contábeis, divididos em Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Aplicada ao Setor Público; (2) conhecimentos Contábeis Avançados, divididos em Contabilidade Gerencial, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Teoria da Contabilidade e Controladoria; (3) Conhecimentos Gerais, que englobam Noções de Direito Público e Privado, Legislação e Ética Profissional, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; Conhecimentos de Língua Portuguesa; e (4) Conhecimentos de Matemática Financeira e Estatística (SILVA, 2014).

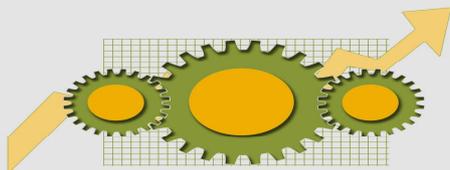
2.2 Taxonomia de Bloom (TB)

No final da década de 1950, a Associação Norte Americana de Psicologia (*American Psychological Association*) solicitou que seus membros definissem uma comissão com o escopo de debater, conceituar e criar uma taxonomia dos objetivos de processos educacionais (LOMENA, 2006). Em razão disto, o líder da comissão, Benjamim S. Bloom, e outros especialistas das áreas da psicologia e educação, criaram uma ferramenta, conhecida como Taxonomia de Bloom (TB), desenvolvida para classificar os objetivos educacionais, facilitando o planejamento, a organização e o controle dos objetivos de aprendizagem (FERRAZ; BELHOT, 2010). Esta taxonomia propõe três domínios de objetivos educacionais: (i) afetivo, (ii) psicomotor e (iii) cognitivo (SANTANA JR.; PEREIRA; LOPES, 2008).

O domínio afetivo está relacionado à emoção, atitude e sentimento, enquanto que o domínio psicomotor se concentra na discussão da capacidade física, especificamente, das habilidades relacionadas à como alguém reage a diferentes situações (FLORES, 2015). O domínio cognitivo é o mais aplicado no campo da educação e está relacionado com a aprendizagem dos estudantes, sendo subdividido em seis níveis de habilidades: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação (FLORES, 2015).

Cada nível de habilidade cognitiva segue uma linha hierárquica que, geralmente, exige que o indivíduo domine a anterior antes de atingir a próxima desejada (SANTANA JR.; PEREIRA; LOPES, 2008). Em outras palavras, o alcance dos níveis de habilidades pode ser comparado com uma escada, você não pode alcançar o segundo degrau sem passar pelo primeiro e assim sucessivamente até chegar ao topo. Nessa linha de raciocínio, os degraus seguiriam a ordem: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação.

Flores (2015) esclarece que o domínio cognitivo da TB auxilia na progressão de um aluno com poucas habilidades para competências mais elevadas e que, por meio de planejamentos bem elaborados pelos cursos, há a possibilidade de enriquecer a aprendizagem, de forma a proporcionar-lhes uma caixa de ferramenta de pensamento crítico, a qual eles podem usar durante os seus estudos. Neste cenário, os níveis já mencionados podem ser assim definidos:



Quadro 1 – Definição das Categorias da Taxonomia de Bloom no Domínio Cognitivo

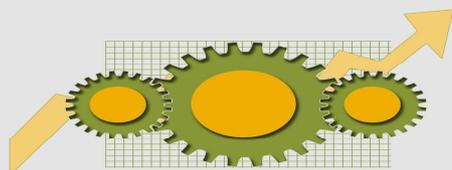
Categorias	Descrição
1. Conhecimento	Definição: Habilidade de lembrar informações e conteúdos previamente abordados, tais como fatos, datas, palavras, teorias, métodos, classificações, lugares, regras, critérios, procedimentos. A habilidade pode envolver o ato de lembrar uma significativa quantidade de informação ou fatos específicos. O objetivo principal dessa categoria é trazer à consciência esses conhecimentos.
2. Compreensão	Definição: Habilidade de compreender e dar significado ao conteúdo. Essa habilidade pode ser demonstrada por meio da tradução do conteúdo compreendido para uma nova forma (oral, escrita, diagramática, entre outras) ou um novo contexto. Nessa categoria, encontra-se a capacidade de entender a informação ou fato, de captar seu significado e de utilizá-la em contextos diferentes.
3. Aplicação	Definição: Habilidade de usar informações, métodos e conteúdos aprendidos em novas situações concretas. Isso pode incluir aplicações de regras, métodos, modelos, conceitos, princípios, leis e teorias.
4. Análise	Definição: Habilidade de subdividir o conteúdo em partes menores com a finalidade de entender a estrutura final. Essa habilidade pode incluir identificação das partes, análise de relacionamento entre as partes e reconhecimento dos princípios organizacionais envolvidos. Identificar partes e suas inter-relações. Nesse ponto, é necessário não apenas ter compreendido o conteúdo, mas também a estrutura do objeto de estudo.
5. Síntese	Definição: Habilidade de agregar e juntar partes com a finalidade de criar um novo todo. Essa habilidade envolve a produção de uma comunicação única (tema ou discurso), um plano de operações (propostas de pesquisas) ou um conjunto de relações abstratas (esquema para classificar informações). Combinar partes não organizadas para formar um “todo”.
6. Avaliação	Definição: Habilidade de julgar o valor do material (proposta, pesquisa, projeto) para um propósito específico. O julgamento é baseado em critérios bem definidos, que podem ser externos (relevância) ou internos (organização) e podem ser fornecidos ou conjuntamente identificados. Julgar o valor do conhecimento.

Fonte: Adaptado de Bloom et al. (1956), Bloom (1986), Driscoll (2000) e Krathwohl (2002).

Complementarmente, ressalta-se que a exigência dos níveis 5 e 6 da TB é importante para quem deseja desenvolver habilidades intelectuais, que instiguem uma resolução criativa de situações diversas e complexas, as quais em muitos casos ainda não se apresentam de forma familiar ao indivíduo, que deve ser capaz de identificá-los e, se possível, antecipar-se aos fatos, encontrando as soluções mais adequadas (SANTANA JR.; PEREIRA; LOPES, 2008).

A TB é amplamente estudada, tanto a nível internacional quanto nacional. Em âmbito brasileiro destacam-se os trabalhos de (i) Santana Jr., Pereira e Lopes (2008); (ii) Ferraz e Belhot (2010) e (iii) Pinheiro et al. (2013). Santana Jr., Pereira e Lopes (2008) pesquisaram, através da TB, qual a tendência das habilidades cognitivas solicitadas para profissionais contadores da Administração Direta e Indireta da União. Por meio da análise de algumas questões de provas de concursos (1999 a 2006), verificaram que não estão sendo exigidos os mais altos indicadores de habilidades cognitivas dos candidatos ao cargo de contador (ou com especialidade em contabilidade).

O estudo de Ferraz e Belhot (2010) objetivou apresentar a TB e as modificações ocorridas nos últimos anos, assim como esclarecer a forma como ela pode ser utilizada dentro do contexto de ensino, especificamente no ensino de engenharia. Por sua vez, Pinheiro et al. (2013) buscaram identificar, por intermédio da TB, se os níveis de habilidades cognitivas demandados pelo Enade e pelo Exame de Suficiência do CFC são aderentes ao perfil do



Contador estabelecido pelo CNE. Analisaram duas edições do Enade (2006 e 2009) e duas edições do Exame de Suficiência (2004.2 e 2011.1), bem como o perfil profissional requerido dos contadores pela Resolução CNE/CES 10/2004. Dentre os achados, os autores observaram que os níveis de habilidades cognitivas solicitados pelos exames não são aderentes ao perfil previsto pelo CNE; que há uma carência de cobrança de níveis mais elevados para a dimensão cognitiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

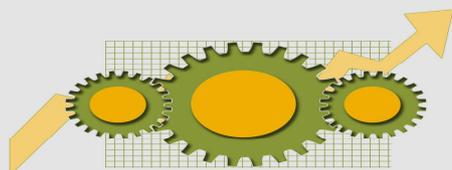
Este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva, respaldado nos conceitos de Cooper e Schindler (2011), por apresentar observação, classificação, análise, interpretação e descrição de fenômenos ou características de uma determinada população. Em relação à abordagem, é classificada como qualitativa por empregar técnicas de análise de conteúdo dos dados e, quanto aos procedimentos caracteriza-se como documental.

Para o cumprimento dos objetivos, bem como responder a questão norteadora desta pesquisa, foram inicialmente mapeados os objetivos dos cursos de ciências contábeis das universidades federais do Brasil por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) que são disponibilizados seja *on line* ou encaminhados aos autores por *e-mail* no decorrer do mês de abril de 2016. Além dos objetivos constantes nos PPPs, analisou-se também as provas do Exame de Suficiência para bacharéis em ciências contábeis dos anos de 2014 e 2015. Ambas as análises foram pautadas sob os critérios da TB.

Atualmente, existem no Brasil 36 universidades federais que oferecem o curso de ciências contábeis na modalidade presencial, no entanto, para a análise do estudo, excluiu-se os cursos das respectivas universidades que não participaram ou não obtiveram conceito na prova do Enade 2012. Posto isso, a população do presente estudo compreende 34 universidades federais localizadas em estados brasileiros. Todavia, como não foi possível obter os documentos de toda a população, fíndou-se uma amostra de 20 universidades. Em acréscimo, tem-se que algumas universidades possuem mais de 1 PPP, visto que há universidades que oferecem o curso de ciências contábeis em cidades diferentes. Sendo assim, quando disponibilizados, analisou-se mais de 1 PPP por instituição, como pode ser visto por meio do Quadro 2.

Quadro 2 - Relação da amostra

Universidade	UF	Cidade
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	PB	Mamanguape
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	AL	Maceió
Universidade Federal de Goiás – UFG	GO	Goiânia
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	MT	Cuiabá
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	MS	Corumbá
		Três Lagoas
Universidade Federal de Roraima – UFRR	RR	Boa Vista
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	SC	Florianópolis
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	RS	Santa Maria
Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ	MG	São João Del Rei
Universidade Federal de Uberlândia – UFU	MG	Ituiutaba



1º CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS
1º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA UFRGS
Dias 20 e 21 de Outubro de 2016

Universidade Federal de Viçosa – UFV	MG	Viçosa
Universidade Federal do Ceará – UFC	CE	Fortaleza
Universidade Federal do Maranhão – UFMA	MA	São Luís
Universidade Federal do Paraná – UFPR	PR	Curitiba
Universidade Federal do Piauí – UFPI	PI	Teresina
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	RJ	Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	RN	Caicó
		Natal
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	RS	Porto Alegre
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFMG	MG	Teófilo Otoni
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA	RN	Mossoró

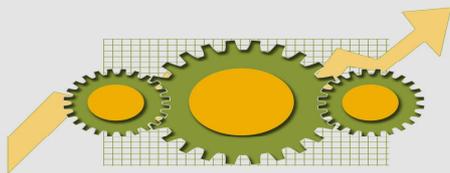
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Por conseguinte, os objetivos disponibilizados foram relacionados aos níveis de habilidades cognitivas da TB, mediante aos verbos que servem de alicerce para a realização de planejamentos acadêmicos, apresentados no Quadro 3, e por meio da definição de cada nível já mencionada neste estudo.

Quadro 3 – Verbos Utilizados no Domínio Cognitivo da Taxonomia de Bloom

Categorias	Verbos
1. Conhecimento	Enumerar, definir, descrever, identificar, listar, nomear, combinar, apontar, relembrar, relacionar, reproduzir, solucionar, declarar, rotular, memorizar, reconhecer, denominar, realçar, recordar e ordenar.
2. Compreensão	Alterar, construir, definir, distinguir, estimar, explicar, generalizar, inferir, prever, reescrever, resolver, discutir, identificar, interpretar, situar, traduzir, converter, decodificar, defender, descrever, discriminar, dar exemplos, ilustrar, reformular, resumir, classificar, reconhecer, redefinir e selecionar.
3. Aplicação	Aplicar, alterar, demonstrar, desenvolver, descobrir, ilustrar, modificar, organizar, prever, resolver, usar, construir, esboçar, escrever, operar, praticar, programar, dramatizar, empregar, interpretar, manipular, operacionalizar, preparar, produzir, relatar, resolver, transferir e escolher.
4. Análise	Analisar, reduzir, determinar, deduzir, diferenciar, identificar, apontar, inferir, relacionar, selecionar, subdividir, examinar, testar, esquematizar, questionar, classificar, comparar, contrastar, diagramar, distinguir, ilustrar, separar, discriminar e experimentar.
5. Síntese	Combinar, compor, construir, criar, explicar, formular, organizar, propor, relacionar, revisar, resumir, sistematizar, escrever, desenvolver, estruturar, projetar, categorizar, compilar, conceber, desenhar, elaborar, estabelecer, generalizar, inventar, modificar, organizar, originar, planejar, reorganizar, relacionar, reescrever e montar.
6. Avaliação	Avaliar, comparar, concluir, criticar, decidir, explicar, interpretar, justificar, relatar, resolver, resumir, escrever um <i>review</i> sobre, detectar, julgar, selecionar, averiguar, escolher, contrastar, defender, discriminar, apoiar, validar e estimar.

Fonte: Adaptado de Bloom et al. (1956), Bloom (1986), Driscoll (2000) e Krathwohl (2002).



Posteriormente realizou-se a seleção das provas do Exame de Suficiência dos anos de 2014 e 2015 por meio do *site* do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (www.cfc.org.br), o que gerou a análise de quatro provas, duas edições do ano de 2014 e duas do ano de 2015. Cabe salientar que as provas do Exame de Suficiência dos anos analisados são compostas por 50 questões cada, sendo que destas, 3 de cada edição são de Língua Portuguesa, ou seja, não envolvem conhecimentos contábeis. Deste modo, serviram para análise o total de 47 questões por edição, totalizando ao final 188 assertivas.

De modo geral, há consenso entre os pesquisadores em afirmar que a TB oferece “estrutura para classificar os saberes, para categorizar a abstração de questões de provas em conformidade com determinados níveis, bem como determinadas competências desejáveis e possíveis de serem alcançadas em educação” (CARVALHO, 2012. p. 72). Contudo, o procedimento realizado para classificar as questões foi análogo ao utilizado por Pinheiro et al. (2013), relacionando os níveis da TB em menor nível cognitivo (CCA - conhecimento, compreensão e aplicação) e em maior nível cognitivo (ASA - análise, síntese e avaliação) de acordo com a complexidade apresentada pelo Quadro 4.

Quadro 4 - Demonstração de Parâmetros Utilizados na Classificação da Taxonomia de Bloom

Classificação	Questões que tratam de:
CCA (Conhecimento, Compreensão e Aplicação)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito e classificação de Princípios Contábeis de forma clara e concisa. 2. Conceito e classificação de elementos patrimoniais. 3. Cálculo de fatos contábeis e/ou de saldos contábeis de forma isolada. 4. Cálculo de taxas de retorno e de índices de forma isolada. 5. Identificação de lançamentos contábeis. 6. Cálculo de custo e de saldo de estoque de forma isolada. 7. Identificação de fatos contábeis e de seus efeitos de forma isolada. 8. Legislação e Código de Ética de forma conceitual e aplicada. 9. Cálculos matemáticos e estatísticos de forma isolada. 10. Cálculo da Equivalência Patrimonial a partir de dados fornecidos isoladamente.
ASA (Análise, Síntese e Avaliação)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação de saldos de elementos patrimoniais a partir de uma estrutura relacionada de dados que requeira análise para resposta. 2. Análise de informações contábeis para a tomada de decisão. 3. Análise de índices que ajudam na tomada de decisão. 4. Cálculo de custo e saldo de estoque a partir de informações contidas em Demonstrações Financeiras, de forma não isolada. 5. Cálculo da Equivalência Patrimonial a partir de dados fornecidos em Demonstrações Financeiras. 6. Encerramento de exercício de forma não isolada. 7. Elaboração de Demonstrações Financeiras. 8. Apresentação de justificativa nas respostas apresentadas.

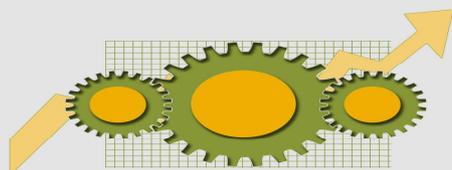
Fonte: Adaptado de Pinheiro et al. (2013)

Evidenciados os caminhos metodológicos seguidos, a seção seguinte apresenta a descrição e análise dos resultados.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção está dividida em análise dos objetivos dos PPPs, análise das provas e discussão dos achados.

4.1 Análise dos Objetivos dos PPPs



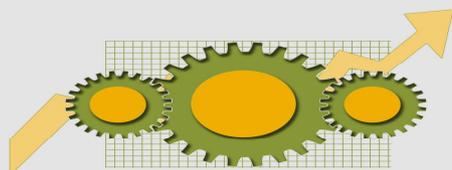
A partir da análise dos 22 PPPs dos cursos de ciências contábeis do Brasil, classificou-se os objetivos de acordo com os níveis de habilidades cognitivas da TB, sendo: 1 – Conhecimento; 2 – Compreensão; 3 – Aplicação; 4 – Análise; 5 – Síntese e 6 – Avaliação, conforme demonstrado na Tabela 1. Ressalta-se que na coluna total evidencia-se o percentual (%) do total das universidades que atendem individualmente cada nível.

Tabela 1 – Classificação dos Objetivos dos PPPs

Universidade	Cidade	Nível de Habilidade Cognitiva					
		1	2	3	4	5	6
UFPB	Mamanguape	-	x	x	x	x	x
UFAL	Maceió	-	x	x	-	-	x
UFG	Goiânia	x	x	x	x	x	x
UFMT	Cuiabá	x	-	x	-	-	x
UFMS	Corumbá	x	x	x	x	-	x
	Três Lagoas	x	x	x	x	-	x
UFRR	Boa Vista	x	x	x	x	x	x
UFSC	Florianópolis	x	-	x	x	x	x
UFSM	Santa Maria	x	x	x	x	-	x
UFSJ	São João Del Rei	x	x	x	-	x	x
UFU	Ituiutaba	x	-	x	-	x	-
UFV	Viçosa	x	-	x	-	x	x
UFC	Fortaleza	x	x	x	-	x	x
UFMA	São Luís	x	x	x	x	x	x
UFPR	Curitiba	x	x	x	x	x	x
UFPI	Teresina	x	x	x	x	x	x
UFRN	Caicó	x	-	x	-	x	-
	Natal	x	x	x	-	-	x
UFRGS	Porto Alegre	-	x	x	-	x	x
UFVJM	Teófilo Otoni	x	x	x	x	x	x
UFERSA	Mossoró	x	x	x	x	-	x
Total (%)		85,71%	76,19%	100%	57,14%	66,67%	90,48%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Para a consecução da Tabela 1, enfatiza-se que optou-se pela não inclusão na classificação do PPP da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pois constatou-se uma redação voltada ao desenvolvimento de competências e habilidades mais específicas, diferenciando-se do padrão apresentado pelas demais universidades. Assim, as universidades que apresentaram todas as categorias em seus objetivos foram: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Maranhão



(UFMA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Com a apresentação de cinco categorias em seus objetivos, temos: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) nas cidades de Corumbá e Três Lagoas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal Do Ceará (UFC) e Universidade Federal Rural Do Semi-Árido (UFERSA). As demais universidades apresentaram 4 ou 3 categorias em seus objetivos.

Detalhadamente, verificou-se que todas as universidades visam, de alguma forma, habilitar os alunos a usarem informações, métodos e conteúdos aprendidos em novas situações concretas, podendo incluir aplicações de regras, métodos, modelos, conceitos, princípios, leis e teorias. Em outras palavras, todas as universidades estudadas apresentam em seus objetivos o nível cognitivo Aplicação da TB.

Em relação às demais habilidades cognitivas, constatou-se que, em segundo lugar, a habilidade mais presente nos objetivos é a de Avaliação com 90,48% de participação. Em seguida, as habilidades de Conhecimento, Compreensão, Síntese e Análise estão presentes nos objetivos com 85,71%, 76,19%, 66,67% e 57,14%, respectivamente.

Pelo exposto, percebe-se que dos objetivos analisados, em média, 87,30% apresentam os menores níveis cognitivos da TB e, em média, 71,43% apresentam os maiores níveis. Em acréscimo, podemos concluir que 90,48% dos alunos destas universidades possuem a capacidade de ter o mais alto nível de aprendizagem, pois corroborando com Santana Jr., Pereira e Lopes (2008), o alcance de cada nível segue uma linha hierárquica que, na maioria das vezes, requer que o indivíduo domine o nível anterior antes de atingir o próximo.

4.2 Análise das Provas – Exame de Suficiência

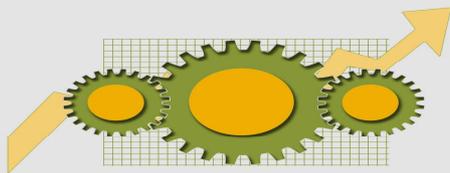
Por meio da análise das provas do Exame de Suficiência dos anos 2014 e 2015, verificou-se que a maioria das questões aplicadas está relacionada aos menores níveis cognitivos da TB. Os dados obtidos com a classificação das questões foram dispostos na Tabela 2. Vale lembrar que há 3 questões de Língua Portuguesa em cada edição das provas, as quais não foram analisadas tendo em vista que o objetivo é analisar e classificar questões que envolvam conhecimentos contábeis.

Tabela 2 - Classificação das Questões do Exame de Suficiência

Edições	Nº de questões	Nº de questões Analisadas	Classificação das questões			
			CCA	%	ASA	%
2014.1	50	47	39	82,98	8	17,02
2014.2	50	47	43	91,49	4	8,51
2015.1	50	47	43	91,49	4	8,51
2015.2	50	47	40	85,11	7	14,89

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Em conformidade com a Tabela 2, constatou-se que no primeiro e no segundo exame de 2014, 82,98% e 91,49% das questões analisadas exigiram os três menores níveis (conhecimento, compreensão e aplicação) cognitivos, respectivamente. Seguindo a mesma direção, os exames de 2015 também exigiram com maior frequência os três menores níveis cognitivos, alcançando 91,49% das questões no primeiro exame de 2015 e 85,11% no



segundo exame do mesmo ano. Em síntese, apurou-se que o Exame de Suficiência vem aplicando, com maior regularidade, questões que envolvem conhecimento, compreensão e aplicação das normas e práticas contábeis.

Neste cenário, resultados semelhantes foram apontados na pesquisa de Pinheiro et al. (2013), pois os autores constataram que as edições analisadas (2004.2 e 2011.1) do Exame de Suficiência apresentaram com maior frequência questões de menores níveis cognitivos, equivalente a 91,10% das questões na edição de 2004.2 e 74,50% na edição de 2011.1.

4.3 Discussão dos Achados

Os resultados encontrados mostraram que os cursos de ciências contábeis das universidades federais analisadas objetivam capacitar os alunos em níveis superiores ao requerido pelo CFC por meio do Exame de Suficiência. Todavia, com o objetivo de complementar o estudo, verificou-se o percentual de aprovação nos Exames de Suficiência (2014 e 2015) divulgado pela Conselho Federal de Contabilidade e constatou-se uma baixa taxa de aprovação.

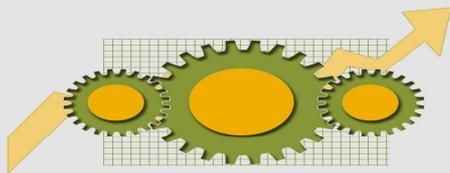
De acordo com o CFC, no ano de 2014, a primeira e a segunda edição do exame contaram com 49,39% e 41,73% de aprovados, respectivamente. Em outras palavras, menos da metade dos candidatos inscritos foram aprovados nos exames de 2014. Em contrapartida, o primeiro exame de 2015 aprovou mais do que a metade dos inscritos, porém, com um percentual ainda considerado relativamente baixo de 54,48%. No entanto, a menor taxa de aprovação dos anos estudados ocorreu no segundo exame de 2015, com apenas 14,68% de aprovação (CFC, 2016).

Diante do apresentado constata-se um *gap* entre os objetivos das universidades representados pelo discurso dos PPPs e o baixo nível das questões dos Exames de Suficiência quando relacionados com o percentual de aprovação, pois mesmo que o presente estudo tenha comprovado que as questões dos Exames de Suficiência (2014 e 2015) requerem menores níveis de habilidades em comparação com o que os cursos presenciais das universidades federais oferecem, as estatísticas mostram que as aprovações nestes exames são pequenas, o que permite depreender que a qualidade dos alunos, de um modo geral, está abaixo do requerido pelo nível exame. No entanto, destaca-se que os achados e as inferências devem ser entendidos com parcimônia tendo em vista que a amostra não cobriu outras instituições (universidades, centros universitários, faculdades) públicas ou privadas, de ensino a distância e que por ventura oferecem aos alunos uma capacidade de habilidades inferior ao requerido pelo Exame de Suficiência.

Acerca das questões do Exame de Suficiência pode-se acrescentar que, de acordo com um estudo realizado por Lunkes et al. (2014), as quatro primeiras edições do Exame de Suficiência (2011 e 2012) apresentaram um equilíbrio na classificação das questões por área ou ramo da Contabilidade, no entanto, questões que envolvem cálculos são mais requeridas do que questões dissertativas, e ainda, há pouca variação na forma de elaboração das questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste estudo foi identificar sob a ótica da Taxonomia de Bloom os objetivos educacionais dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de ciências contábeis das universidades federais brasileiras como também das provas do Exame de Suficiência (edições de 2014 e 2015). Os resultados comprovaram que dos objetivos apresentados pelas



universidades, em média, 87,30% e 71,34% apresentam, respectivamente, os menores e maiores níveis cognitivos da Taxonomia de Bloom. E ainda, que 90,48% dos alunos destas universidades possuem a capacidade de ter o mais alto nível de aprendizagem.

Das provas analisadas, constatou-se que, em média, 87,77% e 12,23% das questões analisadas exigiram os menores e maiores níveis nos anos de 2014 e 2015, respectivamente. Portanto, verificou-se que o Exame de Suficiência vem aplicando, com maior regularidade, questões que envolvem conhecimento, compreensão e aplicação das normas e práticas contábeis.

Pelo exposto, é perceptível que os cursos de ciências contábeis das universidades federais analisadas objetivam capacitar os alunos em níveis superiores ao requerido pelo CFC por meio do Exame de Suficiência. No entanto, o percentual de aprovação nos Exames de Suficiência (2014 e 2015) divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade revela uma baixa taxa de aprovação (CFC, 2016).

Diante disto, como limitação do presente estudo menciona-se a avaliação somente dos PPPs das universidades federais na modalidade presencial, enquanto que as provas são para alunos de todas as universidades, públicas e privadas, de ensino presencial e de ensino à distância. Deste modo, a comparação com o percentual de alunos aprovados dos exames fica parcialmente comprometida, pois o recomendável seria avaliar os percentuais da mesma amostra estudada.

Como sugestões de estudos futuros, recomenda-se a segregação por regiões considerando todas as universidades (públicas e privadas, ensino presencial e a distância) para assim possibilitar a comparação com o percentual de aprovação, por exemplo, estudar as universidades de Santa Catarina e o percentual de aprovação nos exames do Estado. E ainda, estudar os PPPs das universidades privadas e com ensino à distância a fim de realizar possíveis comparações.

Referências

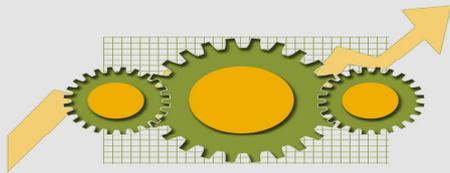
BLOOM, B. S. et al. **Taxonomy of educational objectives**. New York: David Mckay, 1956. 262 p. (v. 1)

BLOOM, B. S. What we are learning about teaching and learning: a summary of recent research. **Principal**, v. 66, n. 2, p. 6-10, 1986.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946**. Dispõe a criação do Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do profissional contábil, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/5/1946, Página 7889. Presidência da República Federativa. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (INEP/SEEC). (2010). Censo do Ensino Superior. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Revogando a Lei nº4.024/61. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em: 04 de junho de 2016.



BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CFE nº3, de 3 de Outubro de 1992.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. Acesso em: 04 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº2 de 18 de Junho de 2007.** Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos á integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf> Acesso em: 04 de junho de 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010.** Altera os decretos - Leis nº 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.cfc.org.uparq/lei12249.pdf>>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

CARVALHO, N. M. **Exame de PISA 2006 e política educacional brasileira para o ensino de ciências: competências e habilidades no letramento científico.** (Dissertação). Universidade Católica de Minas Gerais, 2012.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração.** 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DRISCOLL, M. **Psychology of learning for instruction.** Needhan Heights: Allyn & Bacon, p. 476, 2000.

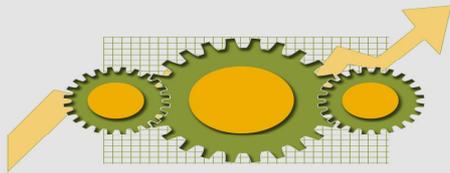
ERFURTH, A. E.; DOMINGUES, M. J. C. S. Currículo Mundial e o ensino de contabilidade: estudo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis em instituições de ensino superior brasileiras e argentinas. **Contexto**, v. 13, n. 23, p. 47-60, 2013.

FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gest. Prod., São Carlos**, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FLORES, M. K. Using Bloom's Taxonomy To Promote Higher Level Thinking And Learning In Introductory Accounting Courses. **AIR - Accounting Instructor's Educators**, p. 35-45, 2015.

KRATHWOHL, D. R. A revision of Bloom's taxonomy: an overview. **Theory in Practice**, v. 41, n. 4, p. 212-218, 2002.

LEAL, E. A; MIRANDA, G. J.; ARAÚJO, T. S.; BORGES, L. F. M. Estereótipos na Profissão Contábil: a opinião de estudantes e do público externo no Triângulo Mineiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n.1, p. 134-153, 2014.



LUNKES, R. J.; ROSA, F. S. ; SILVA, D. F. ; BERNARDES, R. . Análise do Exame de Suficiência do CFC: Um Estudo sobre as Questões de Contabilidade Gerencial. **RBC: Revista Brasileira De Contabilidade**, V. Xliii, P. 27-39, 2014.

MARRONI, C. H.; RODRIGUES, A. F.; PANOSSO, A. Panorama histórico do ensino superior da graduação em contabilidade no Brasil - sob a égide normativa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, n. 3, p. 1-17, 2013.

NETO, R. J; PIMENTA, R. B.; SPANHOL, F. J. RADOS, G. J. Taxonomia de Bloom: Uma análise dos Objetivos Educacionais com Enfoque nas Habilidades Requeridas aos Acadêmicos de Engenharia. **XLI Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia**, 2013.

PINHEIRO, F. M. G., DIAS FILHO, J. M., LIMA FILHO, R. N., LOPES, L. M. S. O perfil do contador e os níveis de habilidades cognitivas nos exames Enade e suficiência do CFC: uma análise sob a perspectiva da taxonomia de Bloom. **Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 11, n. 1, p. 50-65, 2013.

Portal do CFC, **Exame de Suficiência**. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/registro/exames/exame_de_suficiencia/>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

Portal do CFC, **Relatórios estatísticos do Exame de Suficiência**. Disponível em: <<http://cfc.org.br/registro/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/>>. Acesso em: 28 de junho de 2016.

QUEIROZ, F. C. B. P. et al. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **Ensaio: Aval Pol Públ Educ**, v. 79, n. 21, p. 349-370, 2013.

SANTOS, E. A. **Fatores determinantes da intenção de escolha da carreira na área de contabilidade: um estudo sob o enfoque da teoria do comportamento planejado**. (Dissertação). Universidade Federal do Paraná, 2016.

SANTANA JUNIOR, J. J. B.; PEREIRA, D. M. V. G.; DE GUSMÃO LOPES, J. E. Análise das habilidades cognitivas requeridas dos candidatos ao cargo de contador na Administração Pública Federal, utilizando-se indicadores fundamentados na visão da Taxonomia de Bloom. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 46, p. 108-121, 2008.

SILVA, O. L. **Avaliação das habilidades conceituais, procedimentais e atitudinais: estudo no exame de suficiência em contabilidade 2012-2013**. (Dissertação). Universidade Federal do Paraná, 2016

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **ISAR – Corporate Transparency: Accounting**. Disponível em: <<http://www.unctad.org/>>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Revised model accounting curriculum**. New York/Geneve, 2003.